

SUSTENTABILIDADE NOS NEGÓCIOS: Um ensaio sobre o distanciamento acadêmico e a prática empreendedora

WELLITON GLAYCO DA FONSECA
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES - MG

ALICE DE FREITAS OLETO
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES - MG

SUSTENTABILIDADE NOS NEGÓCIOS: Um ensaio sobre o distanciamento acadêmico e a prática empreendedora

RESUMO

Sustentabilidade consiste em satisfazer às necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras (WCED, 1987). A origem do termo se dá em 1560, Província Saxônia, a partir da inquietação de extrativistas alemães em descobrir formas racionais de uso das florestas. Mais adiante, ao conceito se atribui o entendimento de estratégia. Muito além da ideia de preservação ambiental, a sustentabilidade abriga em si, a clara noção de estratégia e visão de futuro. A partir da década de 1970, o conceito ganha repercussão global com a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Em 1987, a Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento publica o relatório “Nosso Futuro Comum”, e a partir desse evento, o planeta passa a conviver naturalmente com o termo. Inúmeras variações surgem, contudo, todas balizadas pela trinômio: *Planet, People and Profit* - Planeta, Pessoas e Lucro. Nessa linha, a Sustentabilidade Financeira se mostra como um conjunto de ações e comportamentos que visam a longevidade das organizações. O conceito sustentabilidade encanta e desperta interesse da maioria das pessoas. Embora, como veremos mais adiante, sua aplicabilidade nas Micro e Pequenas Empresas (MPE's) ainda está muito distante de se tornar uma prática. Este ensaio, tem por objetivo instigar a discussão sobre os motivos que provocam o distanciamento do tema no cotidiano empreendedor replicado no meio acadêmico, ao se constatar incipiente produção científica sobre sustentabilidade no repositório de publicações da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), a plataforma SPELL.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Sustentabilidade financeira. Empreendedorismo. Estratégia

INTRODUÇÃO

Sustentabilidade é um assunto recorrente na sociedade, uma expressão presente nas discussões sociais, e amplamente usada nos discursos das grandes corporações, nos debates empresariais, nas discussões governamentais e nos direcionamentos de muitas organizações não-governamentais. Nas mais diversas instituições e organizações, nos mais variados ramos do conhecimento como a economia, finanças, administração, contabilidade, marketing, publicidade, medicina, direito, assim como no ativismo da preservação ambiental ou nas ações de combate à fome e às desigualdades sociais. Sempre que se pensa em longevidade, equilíbrio e futuro, a expressão sustentabilidade se apresenta. Embora, seja um termo bastante usual, muitas vezes é pouco compreendido ou adequadamente empregado em razão de sua amplitude conceitual que perpassa pelos ilimitados graus de interpretação.

A palavra sustentabilidade tem origem na Alemanha, a cerca de 460 anos, quando em 1560, na Província Saxônia, surge a inquietação sobre como utilizar racionalmente as florestas, de tal forma, a garantir a regeneração das matas propiciando sua manutenção permanentemente. Dessa inquietação, nasce a palavra alemã *Nachaltigkeit* que traduzida significa sustentabilidade. O termo foi aprimorado, em 1713, ainda na Saxônia, quando o Capitão Hans Carl Von Carlowitz transforma a palavra em um conceito estratégico (BOFF, 2012).

Diante da crescente demanda de carvão vegetal que o progresso exigia, para o abastecimento dos fornos destinados à mineração, muitas florestas eram extintas. Frente a essa realidade, e preocupado com o esgotamento da fonte de produção do carvão vegetal, o Capitão

Hans Carl Von Carlowitz escreve um verdadeiro tratado sobre a sustentabilidade das florestas intitulado *Silvicultura econômica* no qual propunha o uso sustentável da madeira (*nachaltigwirtschaften*: organizar de forma sustentável). A partir dessa consciência os poderes locais começaram a incentivar o replantio das árvores nas regiões desflorestadas.

Entretanto, é na contemporaneidade que o conceito sustentabilidade ganha repercussão global, a partir da década de 1970, mais precisamente em dezembro de 1972, quando a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) decide criar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente), com a finalidade de coordenar trabalhos voltados à proteção do meio ambiente global.

Mais tarde, em 1983, o Secretário-Geral da ONU, o peruano Javier Pérez de Cuéllar, convidou Gro Harlem Brundtland, ex-Primeira-Ministra da Noruega, para instalar e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Comissão Brundtland – que, em abril de 1987, publicou um importante e inovador relatório nomeado “Nosso Futuro Comum”. O relatório concebia, e trazia à discussão pública, o conceito de desenvolvimento sustentável. A definição trazida pela Comissão Brundtland é considerada a mais popular e difundida ideia de sustentabilidade, até então. Segundo a Comissão, o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade, consiste em satisfazer às necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. (WCED, 1987). Essa definição, explicita o maior pilar da sustentabilidade, a visão de longo prazo, levando em consideração os interesses e necessidades das gerações futuras.

A partir de então, o conceito foi universalizado, se fazendo presente nos mais variados ramos do conhecimento, sempre ancorado à visão de longo prazo e à garantia de recursos para o desenvolvimento das gerações sucessoras. Essa ideia nos remete à noção de longevidade, continuidade e existência. Desde que o conceito foi apresentado ao mundo pela Comissão Brundtland, ele foi apropriado e adaptado por ativistas, simpatizantes, estudiosos, políticos e empreendedores produzindo assim, inúmeras outras definições, vinculadas ou não ao propósito inicial da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente. Sendo que, a maioria dos estudos, definições e propostas posteriormente produzidos se firma na relação, entre os pilares da sustentabilidade nas suas três dimensões: econômica, ambiental e social. Conhecidas também, como *triple bottom line*, tripé da sustentabilidade ou 3P's da sustentabilidade, acrônimo de Pessoas, Lucro e Planeta, na língua inglesa: *People, Profit and Planet* ou ainda, Pessoas, Planeta e Prosperidade (*People, Planet and Prosperity*).

A dimensão econômica engloba a economia formal e as atividades informais que garantem serviços a indivíduos e grupos, provendo renda monetária e o padrão de vida aos indivíduos (ALMEIDA, 2002). Já a dimensão ambiental ou ecológica, implica na consideração por parte das empresas do impacto que suas atividades exercem sobre o meio ambiente, na forma de utilização dos recursos naturais e na integração da administração ambiental à rotina de trabalho (ALMEIDA, 2002). Por fim, a dimensão social que consiste no aspecto social ligado aos cuidados com as pessoas, às qualidades dos seres humanos, suas habilidades, dedicação e experiências, abrangendo tanto o ambiente interno quanto externo da empresa (ALMEIDA, 2002).

Toda essa ideia de cuidado e atenção com as Pessoas, Planeta e com a Prosperidade nos negócios, economia e sociedade produziu, e produz, variações ideológicas, novos conceitos e modelos dentro da sociedade e no interior das organizações: responsabilidade social e ambiental das empresas, ações e políticas de maior valorização, respeito, integração, inclusão e diversidade no ambiente laboral, ajustamento das políticas e normas internas para melhor governança corporativa etc. Além, das ideias de Capitalismo de Stakeholders, Consumo

Consciente e o termo ESG (*Environmental, Social, Governance*), em maior evidência no momento, na área dos investimentos financeiros. Variações e derivações, que ao longo do tempo surgem, carregando em sua essência com maior ou menor intensidade, nuances do conceito apresentado ao mundo pela Comissão Brundtland, com a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*) em abril de 1987.

Diante do exposto, segue-se a discussão no sentido da compreensão das ações de sustentabilidade financeira nas organizações, corroborada pelo entendimento de que, tais ações estão associadas a um conjunto de estratégias financeiras, procedimentos administrativos, contábeis e operacionais que visam a saúde financeira e o crescimento da empresa (Hurst, & Lusardi, 2004) em um espaço de tempo considerado duradouro. Atento à premissa de que não existe uma definição totalmente aceita na literatura, em especial ao termo “sustentabilidade” (Payne, & Raiborn, 2001; Van Bellen, 2004; Reigota, 2007; Nascimento, 2012).

O termo sustentabilidade financeira, abarca em si, dificuldades na classificação dadas as incompatibilidades peculiares à cada objeto de estudo, haja vista variação de tamanho, forma, estrutura organizacional e estilo gerencial (Berle, & Means, 1932; Lewis, & Churchill, 1983; Claro, & Claro, 2014) que existe se comparadas as organizações. Não fosse suficiente, deve-se levar em conta que um empreendimento, seja ele de grande ou pequeno porte, carrega consigo um pouco da história de vida de seus fundadores, situação na qual foi constituída, por exemplo, se o empreendimento é fruto de uma oportunidade percebida no mercado ou estabelecido pela necessidade de subsistência do empreendedor e seus familiares. Além do percurso percorrido pela organização no tocante às crises econômicas internas ou externas apresentadas ao longo de existência, sua maturação e na estratégia da qual os mecanismos de sustentabilidade se apoiam para garantir o equilíbrio financeiro e a longevidade do negócio.

Este ensaio, tem por objetivo estimular a discussão sobre a real aplicabilidade do conceito sustentabilidade nos negócios, buscando entender por que o tema se apresenta com maior visibilidade nos discursos das grandes organizações e no ambiente das consultorias de negócios, sendo incipientes as publicações científicas que visem a extensão dessas ações. E quais seriam os caminhos de estímulo à propagação do conceito e das ações práticas de sustentabilidade financeira junto aos micros e pequenos empreendedores, donos de negócios que representam 98,5% de todas as empresas do país, 44% da massa salarial e que geram 27% do PIB nacional, segundo informações disponíveis no porta do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Diante da importância holística e da acessível racionalidade lógica que o conceito oferece, facilitando o entendimento sobre a necessária adesão às ações e práticas dos mecanismos de sustentabilidade financeira pelas empresas no tocante à longevidade, prosperidade e geração de riqueza, com atenção especial ao uso adequado dos recursos a fim de garantir um destino mais promissor, seguro e aprazível às gerações futuras. Sem a intenção de desconstruir o que existe, tampouco apresentar respostas definitivas ou prescritivas, comuns à área da administração que encontra em seu ambiente de estudos científicos terreno fértil para as pesquisas empíricas e teórico-empíricas, dado seu caráter positivista-funcionalista em virtude da própria constituição da área, que se mostra adepta da sociologia da regulação (Burrell & Morgan, 1979).

O tema sustentabilidade, em geral, desperta grande interesse e simpatia pela maioria das pessoas. Mas, por que motivos o conceito sustentabilidade, que abriga toda uma lógica holística voltada a compreensão dos fenômenos em sua totalidade e globalidade, não consegue abandonar a condição de retórica ampla, e se torna uma prática cotidiana na vida das pessoas e das organizações? O que exatamente afasta práticas sustentáveis do discurso organizacional? E

no ambiente acadêmico, que força mantem o conhecimento científico tão distante da prática administrativa diária das empresas, em especial das organizações de pequeno porte?

Jacobs (1995) correlaciona os termos sustentabilidade e democracia. Segundo o autor, existem mais de três centenas de diferentes definições para democracia e que, mesmo havendo discordâncias quanto à definição o termo traduz em si a evidência de sua importância. E arremata, ao afirmar que princípios políticos, a exemplo de democracia e sustentabilidade, são passíveis de contestação, uma vez que estão sujeitos a diferentes perspectivas.

Importante nesse momento, observarmos que a produção acadêmica sobre a temática da sustentabilidade financeira nas organizações se mostra insuficiente e distante da realidade do dia a dia das pequenas e médias empresas. Insuficiente porque, como veremos mais adiante, pouco foi produzido. E esse pouco, se debruça mais, na constatação da baixa ou nula utilização das chamadas ações empreendedoras de sustentabilidade financeira pelos empreendedores, do que no efetivo interesse de disseminação do conceito e do conjunto de estratégias financeiras, procedimentos administrativos, contábeis e operacionais que visam a saúde financeira e o crescimento da empresa como foi citado anteriormente segundo a definição de Hurst e Lusardi (2004). E distante da realidade do dia a dia das pequenas e médias empresas, quando se constata a mortalidade precoce dos empreendimentos, em especial, nesse momento de grave crise econômico-financeira que assola o país agravada pela instalação da pandemia de Covid-19 a partir do mês de março de 2020.

O Brasil atravessa uma das mais graves crises econômicas, com o fechamento de micro, pequenas, médias e grandes empresas, tradicionais ou não, jovens e maduras. Muito em razão de não haver uma visão de longo prazo estabelecida na gestão de nossas empresas. É bem verdade, que o advento da pandemia de coronavírus impactou e impacta no mau resultado da economia brasileira. Primeiro, pelo desleixo do governo federal em desconsiderar a gravidade e duração da pandemia e seus reflexos e pela incômoda confiança que os empresários locais depositaram nas equivocadas previsões da administração pública. Segundo, pela falta de capital de giro, reservas contingenciais e planejamento proveniente de um modelo de empreendedorismo por necessidade, vigente no país. Não fosse o bastante, a economia brasileira se depara com as grandes corporações, que por razões estratégicas globais, abandonaram o país agravando ainda mais a questão do desemprego que atinge indicadores recordes, associada à volta da inflação e de suas mazelas como o agravamento da desigualdade social e a fome que assombra os brasileiros mais pobres.

Todo esse conjunto de fatores, manifesta a importante e necessária aproximação do universo acadêmico com a vida prática do empreendedor. Um encontro de dois mundos distintos, que vá além da aproximação por coleta de dados e constatações científicas que muitas vezes reafirma o distanciamento que existem entre o portfólio de ações empreendedoras de sustentabilidade financeira e a rotina administrativa nas empresas e de seus gestores. É importante que a aproximação entre o teórico e o prático aconteça efetivamente e de uma forma mais contributiva, de tal forma, que as ações de sustentabilidade financeira se tornem uma realidade na vida dos empreendedores e gestores, em especial das micro e pequenas empresas (MPE) nacionais. Um avizinhamo transforme a retórica da sustentabilidade em um discurso vivo, real e plenamente aplicável ao cotidiano do empreendedor, mesmo que, diante de uma estrutura desfavorável estabelecida no país pela política pública que em geral desestimula, endivida, sobretaxa e deserda o empreendedorismo no Brasil.

Há toda uma retórica consultiva que destaca os talentos natos e o perfil do verdadeiro empreendedor, aquele quase herói, que tem a coragem de desbravar o desconhecido mundo dos negócios com sua audácia inocente e coragem inovadora. Pouco se discute de que forma, os

mecanismos técnicos e comportamentais da sustentabilidade financeira podem efetivamente chegar à vida do empreendedor, muitas vezes lançados à própria sorte.

Inovação e planejamento compõem o perfil dos empreendedores que estabelecem a longevidade de seus negócios, são características que distinguem empresários e investidores bem-sucedidos nas mais diversas áreas (Palhares Jr., Tomaz, & Silva, 2014). Entendo que, tanto a inovação quanto o planejamento são atributos passíveis de multiplicação e desenvolvimento, desde que, acessíveis e naturalmente presentes na vida do homem comum, quem sabe, a partir de sua a iniciação escolar. Distante aqui, de uma discussão ideologizada. Mas, se o modelo econômico, cultural e comportamental vigente é o modelo de mercado, que sejam preparados os cidadãos comuns ao seu enfrentamento.

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Em recente levantamento realizado pelo autor, na plataforma *SPELL*, constatou-se que no período compreendido entre os anos 2017 e 2021 foram publicados 716 artigos em que aparece a palavra-chave: empreendedorismo. E, apenas 9 artigos, nos quais o termo “sustentabilidade financeira”, figura entre as palavras-chave. Esta constatação, indica o quanto esse tema amplamente discutido no mundo dos negócios, desperta interesse ao universo acadêmico-científico dos programas de pós-graduação (PPG), e o quão distante encontra-se esse universo da vida prática do empreendedorismo nacional, assim como, dos programas de extensão e cooperação das universidades voltadas as comunidades de seu entorno.

Essa percepção de distanciamento, remonta ao fim da década de 1980, mais precisamente em 1988, quando do início da gradativa mudança de prioridade feita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no tocante à formação e avaliação do quadro de professores e pesquisadores para as universidades brasileiras, em que se observa expressiva valorização da pesquisa e da publicação científica, negligenciando as atividades de extensão, ensino e cooperação no processo de avaliação do professor e dos programas de pós-graduação (PPG) *stricto sensu* (HORTA e MORAES, 2005; KUENZER e MORAES, 2005).

Uma universidade menos academicista, mais próxima e voltada às agruras da realidade social, certamente será mais contributiva e colaborativa, cumprindo seu papel social de presença e participação no cotidiano das comunidades ao seu redor, tendo como propósito auxiliar e propor soluções práticas das quais a sociedade anseia. A cultura de produtivismo literário fez do processo de conhecimento, mercadoria, limitando-o a produtos, a níveis de desempenho e a padrões de qualidade (MOREIRA, 2009), que muitas vezes não tem efeito prático para as comunidades circunvizinhas.

Cabe ressaltar, que estamos falando de universidades, o ambiente da universalização e da diversidade de ideias e ações. A crítica se faz ao esgotamento das ações de extensão e cooperação voltadas às comunidades locais e menos privilegiadas. Comunidades que podem se valer bastante do conhecimento, intervenções e contribuições do meio acadêmico em suas vidas a partir da atuação dos corpos docente e discente em projetos de extensão e cooperação para o desenvolvimento e sustentabilidade em sentido amplo.

É preciso pensar e estimular um sistema de pós-graduação que respeite a diversidade, a diversidade vocacional de cada PPG em Administração. Existem programas de pós-graduação que têm por vocação a internacionalização, outros a cooperação, extensão, liderança e solidariedade. Assim como o corpo docente, em que um professor é vocacionado para a sala de

aula, outro com elevada competência para escrever livros didáticos, um terceiro com a competência para fazer a gestão do programa, mas que não publica seus artigos em periódicos internacionais do primeiro escalão. E é isso que deve ser respeitado e estimulado, a diversidade vocacional, para não incorrerem na produção academicista infértil e pouco aplicável à prática empreendedora, apenas para cumprimento de volume e indicadores de avaliação.

A questão ambiental trouxe ao mundo, em 1970, o conceito Sustentabilidade, tendo seu ápice na década de 1990 com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992, no Brasil, na capital fluminense, a: ECO 92. Vinte anos após a primeira conferência do tipo, realizada em Estocolmo, na Suécia.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, também conhecida por ECO 92 ou RIO 92, contou com a presença de 178 chefes de governo que reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e, ao final, produziram um documento que foi além das questões ambientais formalizando a preocupação direta em abordar os padrões de desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente que precisavam ser combatidos, como a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento; os padrões insustentáveis de produção e consumo; as pressões demográficas e a estrutura da economia internacional.

Todo esse movimento foi rapidamente incorporado pelo mundo corporativo, que percebeu sua importância, e explorou novas oportunidades de ganhos e expansão dos empreendimentos, a partir do lançamento de produtos e serviços com captação de novos recursos, admiradores, simpatizantes e consumidores. Entretanto, apesar da robusta lógica e consistência argumentativa que carrega o conceito, além do interesse popular sobre o pertinente tema, pouco se viu e se vê sobre a apropriação, multiplicação e desenvolvimento de estudos sobre o conceito pelos pesquisadores das universidades brasileiras.

Em especial, acerca do conceito Sustentabilidade Financeira, derivado da conceituação concebida pela Comissão Brundtland. Muito além de um conceito, a ideia engloba um conjunto de mecanismos e ações que devem e podem ser replicados nos estudos e na prática das Ciências Sociais Aplicadas que tenham como interesse a longevidade das empresas e prosperidade dos negócios; A saber: Administração, Contabilidade, Economia, Turismo e Finanças. Esta percepção é facilmente constatada ao observar a Tabela 1, a seguir, que foi produzida a partir de consulta realizada na biblioteca eletrônica, *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), repositório de artigos científicos de propriedade da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD).

Tabela 1: Publicações na plataforma SPELL com as palavras-chave: Sustentabilidade e Sustentabilidade Financeira

Palavra-chave	Filtro Temporal	Artigos	Outras publicações	Total de Publicações
Sustentabilidade	Não definido	889	7	896
Sustentabilidade	2017-2021	340	2	342
Sustentabilidade financeira	Não definido	8	1	9
Sustentabilidade financeira	2017-2021	2	0	2

Fonte: elaborada pelos autores (2021)

A tabela 1 mostra que a palavra-chave sustentabilidade se fez presente em 896 publicações registradas na plataforma SPELL, desse montante, 889 (99,22%) das publicações no formato artigo. Nos últimos quatro anos, publicou-se pela mesma plataforma, 342 documentos, sendo 340 artigos, que representam 38,17% de toda produção literária na plataforma com a palavra-chave sustentabilidade, um termo em evidência para a sociedade a pelo menos trinta anos. Um forte indicativo de que o conceito sustentabilidade encontra-se distante do interesse acadêmico para publicações no campo da administração e correlatas.

Quando a palavra-chave colocada no filtro de consultas é sustentabilidade financeira, esse distanciamento é ainda mais evidente. Em toda plataforma SPELL, a palavra-chave sustentabilidade financeira, aquela palavra que nos remete ao conceito de longevidade das empresas, surge com apenas 9 publicações, sendo 8 no formato artigo. E ao estreitar o filtro de pesquisa consultando o quadriênio compreendido entre 2017 e 2021, apenas 2 artigos foram publicados (vide TABELA 2). Sendo o primeiro artigo (2018) vinculado à área do Turismo, e o segundo e mais recente (2019) atrelado à área do conhecimento Administração. Uma constatação vai em sentido contrário ao aumento das publicações, publicidade e ações de comunicação e discurso das grandes organizações, consultorias de negócios e imprensa especializada que cada vez mais dão notoriedade e importância ao tema com maciça divulgação nas mais diferentes mídias.

A Tabela 2, foi produzida a partir do filtro de pesquisa avançada tendo as palavras-chave sustentabilidade e sustentabilidade financeira combinadas com o filtro área do conhecimento disponível na plataforma, a saber: Administração, Contabilidade, Economia, Engenharia e Turismo.

Tabela 2: Publicações na plataforma SPELL com a combinação das palavras-chave: Sustentabilidade e Sustentabilidade Financeira – por área de conhecimento

Palavra-chave	Filtro Temporal	Área do Conhecimento	Quantidade	Participação por área
Sustentabilidade	Não definido	Administração	743	62,65%
		Contabilidade	220	18,55%
		Economia	48	4,05%
		Engenharia	2	0,17%
		Turismo	173	14,59%
		Geral	1186	
Sustentabilidade	2017-2021	Administração	298	65,78%
		Contabilidade	83	18,32%
		Economia	11	2,43%
		Engenharia	1	0,22%
		Turismo	60	13,25%
		Geral	453	
Sustentabilidade financeira	Não definido	Administração	7	58,33%
		Contabilidade	3	25,00%
		Economia	1	8,33%
		Engenharia	0	0,00%
		Turismo	1	8,33%
		Geral	12	

Sustentabilidade financeira	2017-2021	Administração	1	50,00%
		Contabilidade	0	0,00%
		Economia	0	0,00%
		Engenharia	0	0,00%
		Turismo	1	50,00%
		Geral	2	

Fonte: elaborada pelos autores (2021)

Por fim, a Tabela 3 demonstra mais um exercício de busca à base SPELL que reforça a incipiente abordagem sobre os temas Sustentabilidade e Sustentabilidade financeira no tocante à área de gestão e finanças, agora combinadas com a palavra-chave Empreendedorismo. Em toda base SPELL a palavra-chave Empreendedorismo aparece em 728 publicações, sendo que no quadriênio 2017/2021 foram publicados 226 (31,00%) desse montante. Ao se combinar as palavras-chave Empreendedorismo e Sustentabilidade, a pesquisa aponta 8 publicações, 1,33% de todas as publicações encontradas com a palavra-chave Empreendedorismo, e 1,33% das 226 publicações dentro do quadriênio 2017/2021. Diante da combinação das palavras-chave, Empreendedorismo e Sustentabilidade Financeira, a abordagem científica sobre os temas é ainda, mais preambular. A plataforma SPELL registra em toda sua base, apenas uma publicação combinada às palavras-chave, Empreendedorismo e Sustentabilidade Financeira, relativa ao ano de 2016, o que representa 0,14% de todas as publicações relativas ao tema Empreendedorismo. Quando a palavra-chave Sustentabilidade, isoladamente é lançada ao filtro sem definição temporal, são localizadas 896 publicações, sendo 38,17% (342) dessas publicações, divulgadas entre 2017 e 2021. E como visto anteriormente, ao filtrar a pesquisa com a palavra-chave Sustentabilidade financeira contabiliza-se 9 documentos, destes 22,22% (2) produzidos no período que compreende os anos 2017 e 2021.

Tabela 3: Publicações plataforma SPELL - Palavras-chave: Empreendedorismo - Empreendedorismo e Sustentabilidade – Empreendedorismo e Sustentabilidade Financeira – por área de conhecimento

Publicações SPELL	Filtro Temporal	Volume de Publicações	Percentual sobre o volume total de publicações no período
Palavra-chave: Empreendedorismo	Não definido	728	
Palavra-chave: Empreendedorismo	2017-2021	226	
Palavra-chave: Empreendedorismo e Sustentabilidade	Não definido	8	1,10%
Palavra-chave: Empreendedorismo e Sustentabilidade	2017-2021	3	1,33%
Palavra-chave: Sustentabilidade	Não definido	896	
Palavra-chave: Sustentabilidade	2017-2021	342	38,17%

Palavra-chave: Sustentabilidade financeira	Não definido	9	
Palavra-chave: Sustentabilidade financeira	2017-2021	2	22,22%

Fonte: elaborada pelos autores (2021)

Coloca-se adiante, o desafio em identificar o porquê da baixa repercussão do tema sobre os interesses da classe produtora do conhecimento acadêmico. A sustentabilidade financeira e a longevidade das organizações, independente do porte, estaria apartada do conceito apregoado pelas Nações Unidas como um modelo consistente e lógico de desenvolvimento no qual se preza o futuro das organizações, da sociedade e do planeta? Nossos pesquisadores entendem ser esse conceito, a “perfumaria” do óbvio? Por que o conceito sustentabilidade, não desce da prateleira dos grandes seletos temas e se incorpora ao cotidiano dos pequenos e microempreendedores? Que caminhos poderiam ser tomadas para a convergência de interesses da academia e o mercado, para que a extensão e cooperação entre universidades e o empreendedorismo nacional. Qual seria a contribuição e a intervenção social das universidades no ecossistema do médio, pequeno e microempreendedor?

A seguir, serão demonstrados indicadores consistentes sobre o tamanho, força e importância do segmento das Micros e Pequenas Empresas (MPE’s) dentro da economia brasileira. Um segmento no qual muitos se aventuram por necessidade e não por vocação. Um segmento que, além de representar considerável contribuição na composição do Produto Interno Bruto (PIB), brasileiro, agrega e insere grande parte da população de desamparados socialmente, vítimas das mudanças acarretadas pela à transformação digital que inexoravelmente, agudiza a crise financeira, o desemprego e a desigualdade social.

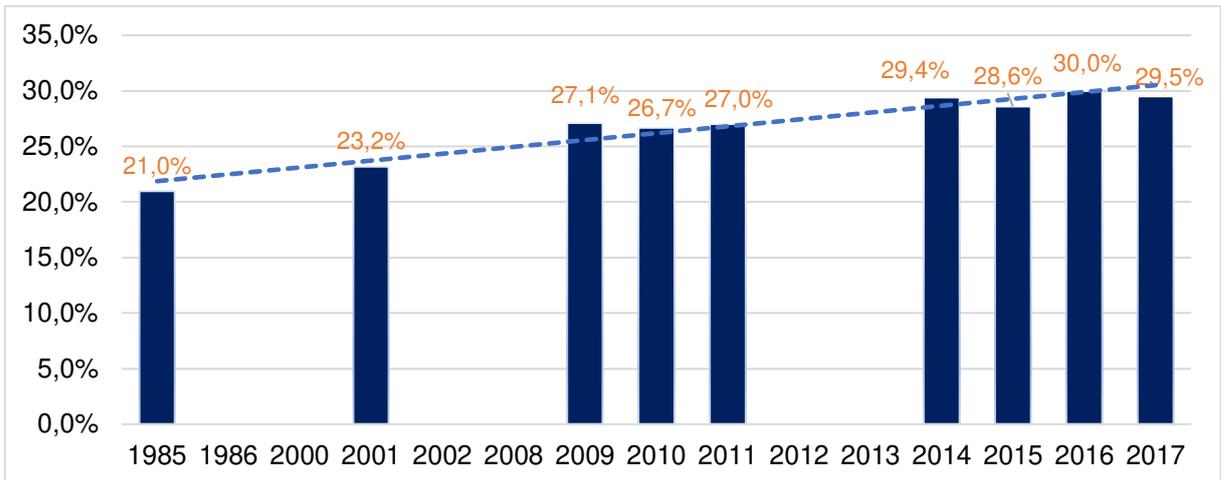
A PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA NACIONAL

Em recente atualização de Estudo sobre a participação de Micro e Pequenas Empresas na economia nacional, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em conjunto com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em março de 2020, reafirma-se que as Micro e Pequenas Empresas (MPE’s) desempenham relevante e fundamental papel para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Nos últimos trinta anos, a participação desse segmento vem crescendo, assim como o seu papel na geração de empregos e arrecadação de impostos, especialmente em momentos de crise (SEBRAE 2020).

As MPE’s representam 30% da economia brasileira (gráfico 1), detêm enorme potencial de geração de emprego, no mesmo período (2006 a 2019) as MPE’s criaram cerca de 13,5 milhões empregos, enquanto as médias e grandes empresas fecharam cerca de 1,1 milhão de postos de trabalho (vide gráfico 2), além de possuírem o chamado efeito amortecedor da crise, por conseguirem manter por maior tempo seu status operacional mantendo a força de trabalho empregada.

O gráfico 1, a seguir, demonstra que a participação das micro e pequenas empresas no valor adicionado ao PIB é crescente nos últimos 35 anos.

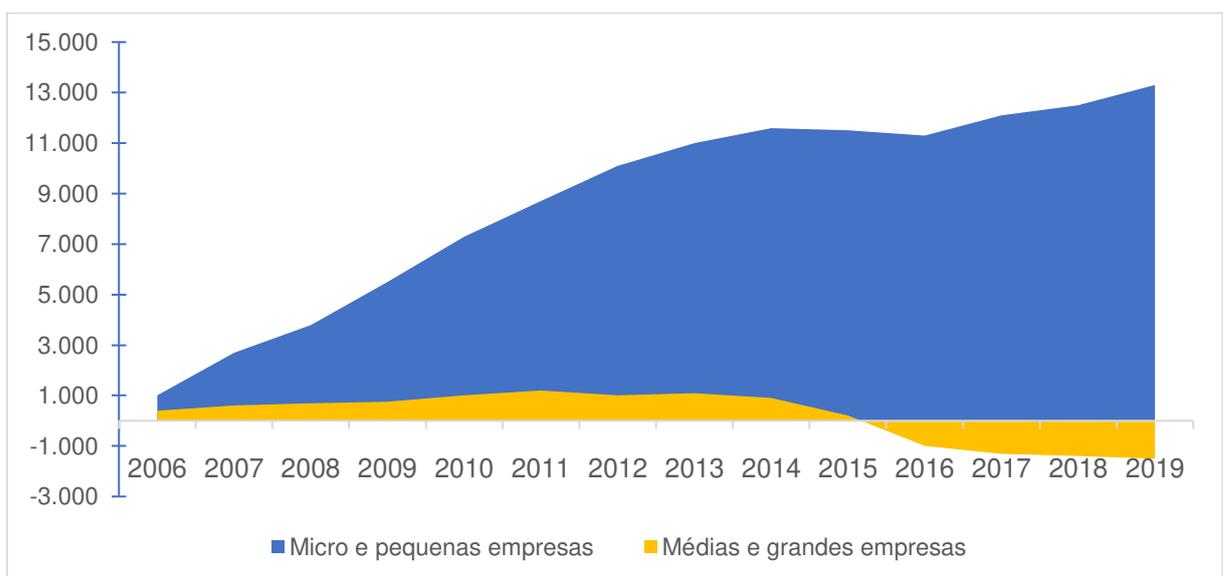
Gráfico 1 - Valor adicionado das MPE no total das atividades consideradas 1985 - 2017 - em %



Fonte: FGV Projetos - reprodução dos autores (2021)

Segundo o relatório, as MPE's respondem por 30% da produção de riqueza do país, sendo responsáveis pela criação de cerca de 13,5 milhões de empregos, ao passo que as médias e grandes empresas fecharam cerca de 1,1 milhão de postos de trabalho, no mesmo período. O gráfico 2 traz o número acumulado do saldo de vagas de emprego geradas por porte de empresa e ano, de acordo com informações CAGED – Ministério da Economia.

Gráfico 2 - Número acumulado do saldo de vagas de emprego geradas por porte de empresa e ano



Fonte: CAGED – Ministério da Economia - 2019*: Saldos ajustados até novembro/2019

Essa pequena amostra do potencial e da força das MPE's deixa clara sua importância para a economia do país. Um segmento capaz de produzir importante fatia da riqueza nacional, de forma pulverizada e com maior capacidade de manutenção operativa diante da crise.

A MORTALIDADE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae Nacional divulgou em 2016, pesquisa que indica melhora na taxa de sobrevivência das empresas no período entre 2010 e 2014. A taxa de sobrevivência das empresas com até 2 anos passou de 54% para 77%, este indicador de melhora considera o aumento do número de Microempreendedores Individuais (MEI). Entretanto, ao se excluir os MEI dessa análise, a taxa de sobrevivência tenha uma melhora de 4 pontos percentuais, passando de 54% para 58%. Uma taxa ainda elevada e bastante preocupante.

Segundo a unidade, não há como atribuir um único fator como causa da mortalidade das empresas, mas uma combinação de fatores divididos em quatro importantes áreas: a situação do empresário antes da abertura, o planejamento dos negócios, a capacitação em gestão empresarial e a gestão do negócio em si. (SEBRAE, 2016).

Na Tabela 4, a seguir, é possível verificar detalhadamente o diagnóstico realizado pela unidade de Gestão Estratégica do Sebrae Nacional em que se contemplas as quatro áreas citadas no parágrafo anterior. Em um exercício de interrelação entre os pontos cruciais, que combinados ou não culminam, no fechamento das micro e pequenas empresas com os principais mecanismos das ações de sustentabilidade financeira é possível conectar boa parte desses indicadores demonstrando a conectividade e racionalidade para criação da cultura sustentável nos negócios. E ainda, vislumbrar infinitas possibilidades de intervenção e extensão das universidades no dia a dia da comunidade.

Tabela 4: Principais causas de mortalidade das empresas

Situação do empresário antes da abertura	Planejamento dos negócios	Capacitação em gestão empresarial	Gestão do negócio em si
Abriu por necessidade	Falta de planejamento	Não fez curso sobre gestão de negócios	Não aperfeiçoava produtos
Estava desempregado	Não negociou com fornecedores	Não investia em capacitação de mão de obra	Não se atualizava
Abriu por exigência de cliente ou fornecedor	Não obteve empréstimo em bancos		Não acompanhava despesas e receitas com rigor
			Produtos sem diferencial

Fonte: adaptado pelos autores de SEBRAE (2016)

As conexões e constatações feitas nesse ensaio, visam provocar dúvidas e despertar interesses de cooperação e extensão junto do ecossistema acadêmico e do universo empresarial acreditando que a união de forças entre os dois lados pode sim, acarretar profícuas parcerias em prol de toda sociedade, em uma sintonia do que se pode chamar de sistema ganha-ganha-ganha. Ganha sociedade, ganha planeta e ganham as organizações.

À medida que a academia se voltar, também às produções científicas mais pragmáticas e prescritivas, à extensão e cooperação ao seu entorno trazendo para dentro de si a operacionalidade do empreendedorismo e simplificando a conversação entre as partes, todos tendem a ganhar. Sem que nenhum dos lados perca sua essência ou propósito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expressão Sustentabilidade, traz em si, a amplitude das grandes e mais nobres expressões que permeiam a civilização humana. Comparada a expressões como democracia, liberdade e igualdade. Abarca um combinado de idealizações que visam o bem-estar e a longevidade do planeta, das pessoas e das organizações. Certamente, a dimensão ambiental é a dimensão mais reconhecida, a mãe de todas as outras dimensões do tripé da sustentabilidade. A partir da visão do todo, peculiar às ações de preservação do meio-ambiente e do entendimento orgânico da existência humana na Terra, surge o conceito sustentabilidade.

A ideia de crescimento contínuo, do apoderamento da natureza, do uso irracional de seus recursos, da providencial desobediência à legislação, do materialismo e da produção industrial massificada, começa a ser repensada ainda na década dos anos 1980. A vida na Terra passa a ser vista de forma mais holística em detrimento do departamentalismo que começa a ceder, cada vez mais, espaço. Ideias disruptivas ganham força exponencial, transformando a visão de mundo contemporâneo sobre ter e ser, possuir e satisfazer. As relações consumeristas ganham nova tônica e novas cores e o mundo dos negócios já percebeu essa evolução guiada pelo advento da transformação digital.

Tudo munda, tudo está mudando rapidamente. O conceito sustentabilidade já experimenta outras variações de entendimento, mas sempre ancorado na máxima de utilizar os recursos de forma prudente para que sejam garantidos os recursos para as gerações futuras. Nos negócios, a preocupação com a longevidade dos recursos (planeta), das relações entre as pessoas, suas diversidades se expandem, além é claro, da perpetuação das organizações pela história. Entretanto, toda essa preocupação é muito presente no discursos e ações das grandes corporações e muito incipiente no mundo das micro e pequenas empresas que almejam, quando muito, a romper as estatísticas de mortalidade precoce e geração de capital de giro.

Enquanto somos bombardeados pela publicidade dos produtos e serviços financeiros, fundos de investimentos, baseados no conceito ESG, acrônimo de *Environmental, Social, Governance* (ambiental, social e da governança corporativa), no dia a dia do pequeno e microempreendedor a realidade é outra e toda essa conceituação parece não ser mais que uma boa retórica publicitária.

E seria realmente um fenômeno retórico? Daí o questionamento sobre o perceptível distanciamento entre o meio acadêmico, em especial as áreas do conhecimento que envolve a gestão de negócios, e o tema sustentabilidade.

No que alude a ideia de sustentabilidade financeira, ou melhor, às ações empreendedoras de sustentabilidade financeira, geralmente, estão associadas a um conjunto de estratégias financeiras, procedimentos administrativos, contábeis e operacionais que visam a saúde financeira e o crescimento da empresa (Hurst, & Lusardi, 2004) em um espaço de tempo considerado duradouro, a presença acadêmica, como visto no ensaio, se mostra incipiente.

É possível considerar, que muito ainda pode ser trilhado nesse caminho.

É pertinente verificar que a extensão universitária e as ações cooperativas em prol das comunidades do entorno acadêmico vêm a muito sendo desprivilegiada em favor da exigência dos programas de avaliação de cada vez mais se produzir artigos científicos, que muitas vezes em virtude do volume determinado acabam por ser pouco exequíveis ou unicamente constativos. A ideia desse ensaio não é trazer respostas, mas nos levar a produção de porquês.

É sabida a força que o segmento das Micro e Pequenas Empresas exerce na produção da riqueza nacional e o papel social que as MPE's têm no cenário econômico do país. Por que esse segmento se mostra tão desamparado pelas autoridades federais e pelo meio acadêmico? É notória a atenção dada às grandes corporações globalistas, mas enquanto sociedade, qual seria o valor daquele segmento que gera cerca de 30,0% do PIB nacional? O mesmo segmento que cada vez mais abarca a responsabilidade de garantir empregos e subsistência da massa populacional.

Com o advento da transformação digital, diante da crise econômica agravada pela pandemia de Covid-19, o segmento das MPE's é um dos mais atingidos e ainda assim, é o segmento que mais garante o trabalho.

As ações de sustentabilidade financeira não se aplicam às micro e pequenas empresas? Seria dispensável preparar melhor nossos empreendedores para o grande desafio da longevidade empresarial, da maturação dos negócios? Deixar de levar o conhecimento e as práticas sustentáveis aos empreendedores é como “enxugar gelo”, a sociedade não avança. As grandes corporações, que tão bem discursam sobre o tema parecem não estar tão atentas a essa parcela da sociedade, que vai se atropelando no volume e rapidez que se forma.

São muitas as variantes que deixam essa abordagem complexa, de certo, é que definitivamente a sustentabilidade financeira não está no centro das preocupações daqueles que mais poderiam contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

As oportunidades são muitas e todos podem ganhar com a multiplicação do conceito fazendo dele, uma forma de viver. Desenvolvimento sustentável é a forma de desenvolvimento orgânica, do qual o caminho é atender nossas necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações em atender suas próprias necessidades. Apesar de antigo, o conceito ainda se apresenta para muitos como novidade, razão pela qual o trabalho de disseminação do conhecimento precisa ser potencializado além das produções científicas constativas, além das consultorias de negócios e dos discursos retóricos das grandes corporações.

O conceito sustentabilidade precisa atingir aquele público que passa longas horas do dia laborando sem muita perspectiva de futuro, às vezes mergulhado na literatura que produz estereótipos do tipo herói empreendedor. A maturidade e longevidade das organizações vai além dos modelos de sucesso repentino e da luz inovadora, a maturidade e longevidade das organizações passa pelo pensamento estratégico e pela disciplina em sua aplicação. E o meio acadêmico pode contribuir sem limites para essa mudança de postura, desde que se volte para as ações colaborativas e extensionistas junto de seu entorno.

REFERÊNCIAS

BERLE, A. A., & MEANS, G. C. (1932). *The modern corporation and private property*. London and New York: Routledge Taylor & Francis group.

- BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é – o que não é*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BURRELL, G. & MORGAN, G. (1979) *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann.
- HORTA, J. S. B.; MORAES, M. C. M. *O sistema Capes de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas*. Revista Brasileira de Educação, v. 30, p. 95-181, 2005.
- HURST, E., & LUSARDI, A. (2004). *Liquidity constraints, household wealth, and entrepreneurship*. *Journal of Political Economy*, v. 112(2), pp. 319-347. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.1086/381478>>. Acesso em: 06 jul. 2021. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2014). *Cidades de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3SZ>>. Acesso em: 06 jul. 2021
- JACOBS, M. *Sustainable development: from broad rhetoric to local reality*. In: CONFERENCE FROM AGENDA 21, Document n.493, 1 Dec. 1994, Cheshire. Proceedings... Cheshire: Cheshire County Council, 1995.
- MOREIRA, A. F. A *A cultura da performatividade e a avaliação da pós-graduação em educação no Brasil*. Educação em Revista, v. 25, n. 3, p. 23-42, 2009.
- PAYNE, D. M., & Raiborn C. A. (2001) *Sustainable development: the ethics support the economics*. *Journal of Business Ethics*. v. 32, pp. 157-168.
- SEBRAE (2020) *Atualização de Estudo Sobre Participação de Micro e Pequenas Empresas Na Economia Nacional*. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/documentos/relatorio-participacao-mpe-pib-na/>> Acesso em 06 jul. 2021.
- SEBRAE (2016) *Sobrevivência das Empresas no Brasil*. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/sobrevivencia-das-empresas/>> Acesso em 12 jul. 2021.
- WORLD COMISSION ON ENVIROMENTAL AND DEVELOPMENT (WCED). *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.